

## POLÍTICA

# Sarney admite mudar as regras do jogo

O presidente Sarney concorda com "a maioria" dos parlamentares que quer mudar o regimento interno da Constituinte. Isso porque se o regimento pode ser emendado, não há razão para deixar de tentar.

A informação foi dada ontem pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Antonio Frota Neto, que ressaltou não ter delegação do presidente para confirmar se o governo está preparando uma estratégia para obter mudanças no regimento da Constituinte.

O objetivo do presidente da República, segundo Frota Neto, é manter o sistema presidencialista. No entanto, dando crédito aos números que, através de fontes, o Planalto faz questão de divulgar, o esforço é por objetivos mais diversificados, uma vez que o presidencialismo já contaria com redondos 280 votos favoráveis. Segundo um assessor palaciano, Sarney já recebeu 210 adesões formais em seu gabinete, e outras 70 teriam chegado "espontaneamente" ao ministro da Habitação, deputado Prisco Viana, convertido em coordenador político do governo Sarney. E, conforme avaliação transmitida por Sarney ao seu porta-voz, a corrente presidencialista no plenário da Constituinte é majoritária e vai derrotar a proposta parlamentarista da Comissão de Sistematização.

## "Fábrica de crise"

Exatos ou não, os números e a previsão otimista do Planalto fazem parte, de qual-

quer maneira, da campanha de pressão contra o parlamentarismo que fez com que vários políticos, ontem, fizessem declarações a favor do presidencialismo.

O secretário geral do PDS, senador Virgílio Távora, disse que, com o parlamentarismo, o Brasil "vai ser uma fábrica de crises. Quem for vivo verá". O senador Távora considera ilógico "depois de uma imensa mobilização popular para eleger um chefe de Estado, este acabar mandando pouco mais que a rainha da Inglaterra! Essa não, haverá um choque muito grande. O cidadão que for eleito pela vontade popular em dois turnos não vai se subordinar à vontade de um primeiro-ministro eleito indiretamente pelos parlamentares".

Para o ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, que garante que o presidencialismo passará no plenário da Constituinte com uma vantagem "de 25 votos", a questão é de sensibilidade. "A formação histórica do País é muito centrada na autoridade por causa do próprio patriarcado rural e da evolução do processo urbano no País..." e o inconsciente coletivo mostra que se acredita mais que "uma pessoa" resolve os problemas". Ele disse que o parlamentarismo não tem muito boa receptividade junto ao povo brasileiro e que os constituintes "vão saber atender estes anseios".

O filho do presidente da República, deputado Sarney Filho, também está na cam-

panha. Ontem no Maranhão, onde foi reunir-se com a Executiva do PFL, ele protestou contra o sistema parlamentarista porque "condena os povos a uma absurda ditadura dos partidos", frisando que "as condições do Brasil não são ideais para um sistema sujeito a crises políticas frequentes, já que as instituições políticas ainda não estão consolidadas".

Mesmo fora da esfera de influência do Planalto, o PT deve se unir ao PDT para realizar comícios em todo o País em defesa do presidencialismo. O presidente do PT, deputado Luis Inácio da Silva, acha que há descontentamento no governo e nos partidos pela aprovação do parlamentarismo. Mas aprovar o presidencialismo "não vai ser mole. Vamos ter de somar esforços para conseguir os 280 votos para derrubar no plenário a matéria", disse Lula.

O ex-ministro da Educação, senador Jorge Bornhausen, lembrou um complicador para a vitória do parlamentarismo: "Está crescendo no plenário da Constituinte um sentimento muito intenso pela realização de eleições diretas para presidente em 1988. O parlamentarismo, porém, somente sobrevive com eleições indiretas. Inserir as diretas no próximo ano é sinal verde para o plebiscito. Isso é o que me assusta, que me leva a vislumbrar quadro semelhante ao de 1960", quando 90% dos eleitores derrubaram o parlamentarismo recém-implantado para João Goulart.

## Os governadores defendem o presidencialismo. Já o mandato...



Cardoso e Quéricia, em Minas...



... e Dias, em São Paulo: contra o parlamentarismo.

fará campanha pelos cinco anos. "Tem que prevalecer a decisão da maioria", repetiu.

Já o governador-anfitrião, Newton Cardoso, advertiu que a falta de decisões rápidas no plenário "pode gerar dificuldades terríveis", mas, como Quéricia, o governador de Minas não soube dizer qual a estratégia que seguirá para fazer prevalecer suas posições na Constituinte.

## Remédio?

Ao condenar o crescimento da campanha pela sucessão do presidente Sarney em 1988, o governador Alvaro Dias afirmou que o racio-

nal "aprofundará o fisiologismo entre uma classe política (a brasileira) que já é fisiológica em excesso".

Dias admitiu que, também no plenário da Constituinte, a tendência parlamentarista será majoritária, apresentando uma explicação para isso: "Com suas prerrogativas usurpadas durante o regime autoritário, os parlamentares querem ampliar seu poder de influência".

Numa avaliação distinta de Alvaro Dias, os governadores Quéricia e Newton Cardoso concordaram que o plenário será soberano e não deve acatar imposições da Sistematização.

"O plenário tem o direito e o dever de passar por cima da Comissão de Sistematização se achar que isso é preciso, inclusive alterando o Regimento Interno da Constituinte, caso tenha maioria para isso", explicou Orestes Quéricia, à saída do encontro.

Quéricia afirmou que os governadores (ele e Newton Cardoso), principalmente, esperam que os constituintes trabalhem apressadamente, na resolução do "problema político, para que o Brasil volte a trabalhar", frisou, condenando, ainda, o parlamentarismo.

"Entendemos que o melhor para o Brasil é o presidencialismo e vamos ajudar para que a decisão da maioria coincida com os altos interesses da Nação", afirmou o governador paulista. Ele negou, entretanto, que os governadores estejam dispostos a apoiar a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, com a manutenção do presidencialismo, mas deixou claro que não

concorda com a redução do mandato. "São o remédio único e eficaz para qualquer situação de crise é, antes de tudo, simplista". O governador do Paraná observou que, promulgada a nova Constituição, o Congresso deverá dedicar-se no próximo ano à elaboração da legislação ordinária e complementar, ao mesmo tempo em que as Assembleias Legislativas estarão ocupadas em elaborar as Constituições estaduais. No entender de Dias, as eleições presidenciais conturbariam o processo político.

Voltando a defender as eleições presidenciais para 1989 e mandato de quatro anos para os sucessores de Sarney, Alvaro Dias explicou que não é contra o sistema parlamentarista, mas para tanto é preciso preparar o País. Inicialmente, um presidente da República respaldado pela legitimidade do voto popular deveria promover profundas reformas administrativas com o objetivo de restaurar a credibilidade da sociedade e instituições, sobretudo por meio do "combate implacável à corrupção que se institucionalizou e do fim da impunidade, principal causa da descrença do povo". Só então, na opinião do governador paranaense, e com um Congresso eleito para constituir um governo parlamentarista, haveria condições de adotar-se o sistema no Brasil.

Afirmando que "o fisiologismo é a praga da política brasileira, principalmente desde as eleições do governo do ano passado", Alvaro Dias disse que o presidente Sarney está sendo forçado a constituir sua equipe "de acordo com interesses geográficos e de facções partidárias".